

ÍNDICE

Nota Prévia	7
Lista de Abreviaturas	9
Introdução	11

PARTE I

CONCEITO DE RETRIBUIÇÃO NO DIREITO PORTUGUÊS E ANGOLANO

1. O conceito jusconstitucional de Retribuição	13
1.1. Princípios constitucionais da Retribuição no ordenamento jurídico português	14
1.2. Princípios constitucionais da Retribuição no ordenamento jurídico angolano	17
1.3. O Direito à Retribuição como um Direito de Primeira Geração	18
1.3.1. Classificações doutriniais dos Direitos Fundamentais	18
1.4. O Direito à Retribuição como norma preceptiva ou programática	23
1.5. A igualdade retributiva	25
2. Conceito de Retribuição na legislação laboral	30
2.1. Noção de Retribuição no ordenamento jurídico português	30
2.2. Noção de Remuneração no ordenamento jurídico angolano	32
2.2.1 Modalidades da remuneração	35
2.2.2 Forma, tempo e local de pagamento do salário	37
2.2.3 Irredutibilidade salarial	38
3. Conceito de Retribuição na doutrina e na jurisprudência portuguesas	40

3.1. Definições doutrinárias.....	41
3.1.1. Contrapartida da prestação de trabalho.....	43
3.1.2. Regularidade e periodicidade.....	43
3.1.3. Tendo por objecto prestações em dinheiro ou em espécie.....	44
4. Definições jurisprudenciais	45
5. Modalidades de Retribuição	47
5.1. Retribuição Certa, Variável e Mista.....	48
5.2. Retribuição-Base e Complementos Salariais	50
6. Formas, lugar e tempo de cumprimento da Retribuição	53
6.1. Formas de cumprimento da Retribuição	53
6.2. Lugar de cumprimento da Retribuição	54
6.3. Tempo do cumprimento da Retribuição.....	54
7. Prestações que não integram a Retribuição	54
8. Princípio da Irredutibilidade da Retribuição	58
8.1. Redução da retribuição por acordo com o trabalhador.....	60
8.2. Perspectiva jurisprudencial.....	62
8.3. Princípio da suficiência salarial.....	64
8.4. Princípios fundamentais da retribuição.....	65
Conclusões	68

PARTE II

COMENTÁRIOS SOBRE PRINCÍPIOS E NORMAS DE *HARD LAW* *SOFT LAW*

1. Direitos humanos	71
1.1. Conceito de direitos humanos.....	71
1.2. Características dos direitos humanos	71
2. Direitos Fundamentais.....	72
2.1. Direitos Fundamentais, sua sistematização e positivação na CRP e na CRA. Breve síntese	73
2.1.1. Análise do ponto de vista da CRP.....	73
2.1.2. Os Direitos Fundamentais na perspectiva da CRA	74
2.2. Direitos Fundamentais no Trabalho.....	82
2.3. Os princípios e direitos fundamentais no trabalho, no plano internacional.....	94

3. Soft law, génese, características, funções e interação com o hard law.....	97
4. Normas Internacionais do trabalho.....	106
4.1. Convenções da OIT.....	106
4.2. Recomendações da OIT.....	107
4.3. Da importância específica das recomendações da OIT.....	107
4.4. Normas internacionais do trabalho e sua internalização pelos Estados membros da OIT.....	108
4.4.1. Adopção.....	108
4.4.2. Submissão.....	109
4.4.3. Ratificação.....	110
4.4.4. Recepção das normas internacionais do trabalho no direito português.....	111
4.4.5. Convenções da OIT ratificadas por Portugal.....	112
4.4.6. Recepção das normas internacionais do trabalho no direito angolano.....	117
4.4.7. Convenções da OIT ratificadas pela República de Angola.....	118
5. Os mecanismos de controlo da OIT.....	123
5.1. Mecanismos de controlo regulares.....	123
5.2. Reclamações e queixas.....	124
5.2.1. Reclamações.....	124
5.2.2. Queixas.....	125
5.3. Procedimento especial no domínio da liberdade sindical	125
Conclusões.....	126
Bibliografia.....	129